

Cidades Médias e Centralidades Socioterritoriais na Amazônia: Reflexões a partir de Marabá, Pará

Intermediate Cities and Socio-Territorial Centralities in the Amazon: Reflections from Marabá, Pará

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júniorⁱ

Universidade Federal do Pará
Belém, Brasil

Resumo: Pensar a Amazônia em abordagem descentrada se faz necessário. Isso é válido para as cidades da região, mormente vistas a partir de concepções de centralidade urbana que tomam como referência outras realidades do Brasil e do mundo. Avançar em relação a essa forma de interpretação exige lidar com uma pluralidade de agentes e atividades que tendem a contribuir para uma leitura das particularidades regionais. Com base em uma literatura crítica pertinente à temática e em dados secundários extraídos de fontes documentais e bibliográficas, o presente trabalho sistematiza elementos relacionados à produção do espaço urbano que ratificam a importância de uma cidade média amazônica (Marabá) em sua sub-região (sudeste paraense), assim como destaca outras formas de centralidades urbanas e suas vulnerabilidades diante dos processos de reestruturação urbano-regional.

Palavras-chave: Cidade Média; Agentes Produtores do Espaço Urbano; Centralidades Socioterritoriais; Amazônia; Marabá.

Abstract: It is necessary to think about the Amazon from a decentralized approach. This is particularly relevant for the cities in the region, which are often viewed through the lens of urban centrality concepts that reference other realities in Brazil and around the world. Moving beyond this interpretive framework requires dealing with a plurality of agents and activities that contribute to an understanding of regional particularities. Based on relevant critical literature and secondary data extracted from documentary and bibliographic sources, this study systematizes elements related to the production of urban space that confirm the importance of a medium-sized Amazonian city (Marabá) in its sub-region (southeast Pará). Additionally, it highlights other forms of urban centralities and their vulnerabilities in the face of urban-regional restructuring processes.

Keywords: Intermediate Cities. Urban Space Producers. Socio-Territorial Centralities. Amazon. Marabá.

ⁱ Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). stclair@ufpa.com. <https://orcid.org/0000-0001-6390-665X>.

Introdução

A presente análise¹ aborda a realidade urbana de Marabá, uma cidade com aproximadamente 215.000 habitantes², que é foco de grandes investimentos, tornando-se a principal referência econômico-política do sudeste paraense, onde está assentada uma base produtiva pautada na agropecuária, na indústria minero-metalúrgica e no extrativismo vegetal e mineral (TRINDADE JR. *et al.*, 2016).

Sua estrutura interna³ (Figura 1) complexa foi influenciada por diferentes frentes econômicas presentes em sua sub-região, incentivadas por agentes privados e ações públicas institucionais que alteraram completamente a configuração urbana até então existente.

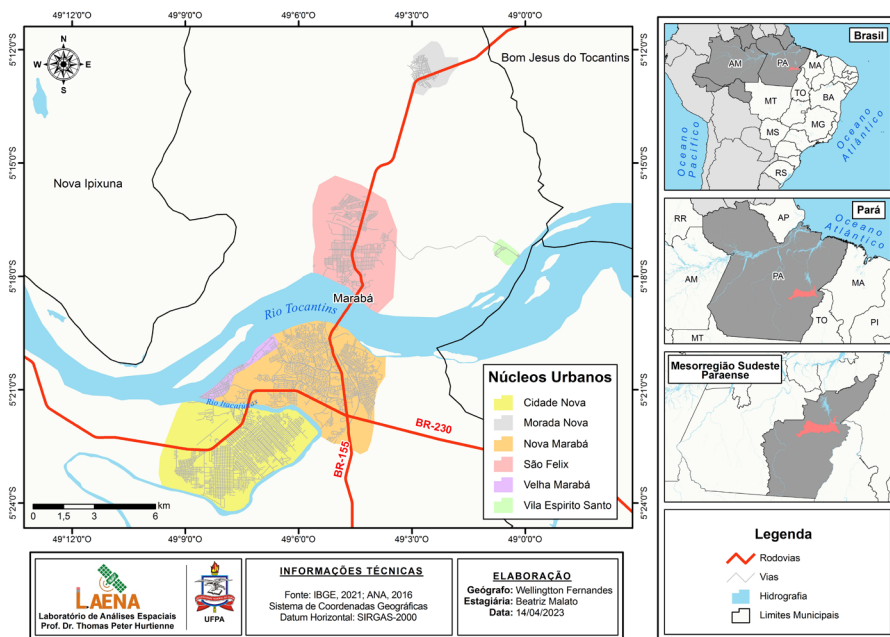


Figura 1 – Marabá: estrutura urbana atual.

A multicentralidade apresentada costuma estar associada a atividades formais e/ou modernas definidoras de seu dinamismo, mas há que se destacar outras centralidades urbanas que reforçam sua importância como cidade média⁴. A partir de algumas dessas atividades e de seus agentes, problematizam-se aqui elementos que ajudam a discutir essas centralidades do ponto de vista de um ordenamento cívico-territorial, que, na perspectiva de Santos (1987), não se limita simplesmente a responder aos interesses econômicos e políticos hegemônicos, mas prima por aquelas demandas diretamente relacionadas à cidadania.

No intento de problematizar tal discussão, o trabalho se estrutura em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. A primeira aborda tipologias de agentes que produzem o urbano de forma geral e, em particular, em cidades amazônicas. A

segunda chama a atenção para particularidades regionais quanto aos agentes produtores do urbano, relacionando-os às especificidades de Marabá. A terceira trata de centralidades socioterritoriais, mencionando exemplos da cidade em foco, situando-as em face da reestruturação atual vivenciada pela realidade regional e local.

A Cidade e seus Agentes: entre o Geral e o Particular

Que agentes produzem o urbano na Amazônia? A resposta a esta pergunta pode ser encontrada em tipologias de agentes presentes nos estudos urbanos em geral (Quadro 1). Mas ela pode estar apenas parcialmente elaborada se não levarmos em conta particularidades que algumas cidades da região apresentam.

Quadro 1 – Agentes produtores do espaço urbano: tipologias

AUTORES	AGENTES	PREOCUPAÇÕES
WILLIAM FORM	Indústria imobiliária, proprietários industriais, proprietários individuais, inquilinos, setor público.	<ul style="list-style-type: none"> • Formulação teórica que supere os moldes da ecologia humana e da microeconomia. • Vetor sociológico e político de análise. • Mercado do solo urbano: moldado por agentes sociais que estabelecem competições entre si. • Presença de conteúdo político inerente ao processo competitivo. • A competição: não é ecológica (a-social) ou simplesmente econômica (<i>laissez-faire</i>).
HORACIO CAPEL	Grandes empresas industriais e de serviços, proprietários do solo, agentes imobiliários e empresas construtoras, Estado.	<ul style="list-style-type: none"> • Examina a lógica do desenvolvimento urbano espanhol. • O espaço, numa sociedade de mercado, não está sob controle de seus habitantes. • Definição do uso e controle do solo urbano feita pelas organizações que o negociam no mercado.
DAVID HARVEY	Moradores, agentes imobiliários, proprietários da terra e de imóveis, indústria da construção civil, instituições financeiras, instituições governamentais.	<ul style="list-style-type: none"> • Critica formulações microeconômicas de uso do solo. • Estudo dos padrões e mudanças de uso a partir dos agentes. • Importância das ações voltadas para a determinação do valor de uso e de troca do solo urbano e de seus equipamentos.
MARCEL RONCAYOLO	Proprietários do solo e dos imóveis, organizações econômicas, poderes públicos.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece a relação entre divisão social e divisão funcional da cidade. • Discute dimensões históricas da divisão do espaço urbano. • Critica modelos da ecologia urbana da Escola de Chicago e de mercado do solo urbano. • Entendimento das condutas dos agentes em face dos espaços residenciais. • Relaciona o papel dos atores sociais aos modos de produção do espaço urbano. • Estabelece relação entre intervenção pública, ritmos da construção e ritmos do urbanismo.

AUTORES	AGENTES	PREOCUPAÇÕES
ROBERTO LOBATO CORRÊA	Proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado, grupos sociais excluídos.	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço urbano: fragmentado, articulado, reflexo social, condicionante social, campo simbólico e campo de lutas. • Estrutura urbana: resultado de agentes sociais concretos e não de mercado invisível e processos aleatórios. • Atuação dos agentes: dependente da acumulação capitalista, da necessidade de reprodução das relações sociais e dos conflitos de classe.
MILTON SANTOS	Agentes do circuito superior da economia (grandes empresas capitalistas), agentes do circuito inferior da economia (agentes da economia popular), agentes do circuito superior marginal (agentes intermediários entre os outros dois).	<ul style="list-style-type: none"> • Teoria social com inclusão do espaço como uma das instâncias da sociedade. • Atenção às desigualdades socioespaciais e revisão crítica de teorias (econômicas, geográficas, de planejamento) com foco em segmentações estruturais de países/regiões periféricas. • Perspectivas não dualista entre economia urbana formal/informal; acento à complexidade das relações e às organizações espaciais periféricas. • Identificação de três circuitos (superior, superior marginal e inferior) da economia urbana de países subdesenvolvidos ligados a formas de produção, circulação e consumo, direta ou indiretamente decorrentes da modernização.

Fonte: Capel (1974), Corrêa (1989), Form (1975 *apud* BAHIANA, 1978), Harvey (1982), Roncayolo (1988) e Santos (1979, 1994).

Perceptível no quadro é o rol de agentes que compõem as realidades estudadas pelos autores citados. Os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989) e os agentes do circuito inferior da economia (SANTOS, 1979), por exemplo, não são comuns nas tipologias propostas por autores do Norte global, mas ganham relevância em cidades latino-americanas. Em se tratando de Amazônia, alguns agentes arrolados no quadro podem mesmo nem estar presentes em cidades dessa região. Em contrapartida, outros não mencionados tendem a comparecer, conforme se percebe em Becker (1990b), que, em estudos de pequenas e médias cidades da Amazônia oriental e meridional, reconheceu diferentes agentes.

Nas cidades de “urbanização espontânea” (BECKER, 1990b), onde a ação do Estado é mais indireta e a mobilidade da força de trabalho é intensa, a dinâmica urbana tende a ser marcada pela apropriação privada da terra por empresas difusas, por grupos econômicos de maior peso ou por agentes individuais, muitos deles migrantes e movidos por frentes de expansão econômica de base agrária, em busca de moradia na cidade.

Para a autora, tal modelo se diferenciava da “urbanização dirigida”. Esta, quando definida pela colonização oficial, era direcionada pela ação de órgãos estatais, configuradora de um “urbanismo rural”, composto por diferentes níveis de núcleos populacionais, que chegava a aproveitar estruturas urbanas já existentes, como Marabá. Elas assumiriam o status de “rurópolis”, os principais centros urbanos sub-regionais, e atenderiam a demandas

de atividades e serviços de uma hinterlândia onde se situariam as “agrópolis” (cidades de nível hierárquico imediatamente inferior) e as “agrovilas” (os menores núcleos populacionais do modelo pensado). Nesse caso, tinham-se como principais agentes de produção do espaço: colonos, funcionários, comerciantes (de bens, de terras, de força de trabalho), extrativistas, antigos moradores, agentes da burocracia local, fazendeiros, migrantes etc.

As cidades de colonização particular tinham em companhias colonizadoras privadas os agentes de maior peso na sua definição e origem. Nelas predominavam relações de trabalho familiar e um modelo similar ao do “urbanismo rural”, já mencionado. Como agentes de produção do espaço, destacavam-se, para além de empresas colonizadoras, os colonos, os funcionários das companhias colonizadoras, os comerciantes e os investidores diversos.

Becker (1990b) reconheceu também a “urbanização dos grandes projetos”, que exigiam não só mão de obra especializada, normalmente recrutada fora da região, como também a dependência de uma base urbana mais adequada para a instalação de seu quadro de pessoal e de atividades necessárias ao seu funcionamento. Como principais agentes produtores do urbano, tem-se o pessoal técnico-administrativo especializado da empresa, os demais empregados permanentes ou terceirizados e uma massa de trabalhadores temporários.

Por fim, Becker (1990b) fala da “urbanização tradicional”, própria de espaços pouco impactados por frentes econômicas e que apresentavam pouca alteração do padrão tradicional de ordenamento territorial. Nele constata-se pequenos núcleos dependentes de um importante centro urbano regional, obedecendo a um padrão de circulação notadamente fluvial e onde os agentes produtores do urbano eram, sobretudo, locais: moradores em geral, pequenos/médios comerciantes e prestadores de serviços públicos e privados essenciais.

As contribuições da autora ajudam a compreender a diversidade urbana da Amazônia e de seus agentes, mas constituem tão somente uma face da complexidade regional em um dado recorte histórico no qual suas descrições e análises se situam. Outras contribuições revelam aspectos da diversidade urbano-regional e a importância de outros agentes.

A título de exemplo, tem-se a produção do espaço urbano por garimpeiros no Oiapoque, na fronteira do Amapá com países vizinhos, estudada por Góes (2019). Ainda que pareça estranho falar desses agentes como produtores do urbano, por ser a garimpagem atividade normalmente do meio rural, a dinâmica dessa cidade chama a atenção, pois, em grande parte, veem-se fluxos rurais-urbanos nem sempre presentes nos números oficiais, em razão da natureza por vezes clandestina dessa atividade. A presença de pessoas e atividades ligadas ao garimpo ou que na cidade dão apoio a ela é algo relevante; daí se dizer que elas são, em boa medida, responsáveis pela produção do urbano.

Também a pesquisa de Cardoso (2018) destaca agentes pouco levados em conta no processo de produção do urbano amazônico. Preocupada com impactos de grandes projetos na vida de populações indígenas e com as políticas neodesenvolvimentistas e suas ações mitigadoras, a autora discute a presença e o significado desses sujeitos na cidade de Altamira; sujeitos esses que articulam uma vida rural e urbana sem rígidas demarcações cotidianas e que estabelecem fortes vínculos com o rio e a floresta. Com

isso, chama a atenção para o impacto da hidrelétrica de Belo Monte na vida local e para a secundarização dos mesmos pelo Estado e pelo consórcio de empresas responsável pelo empreendimento no rio Xingu.

Alguns estudos sobre Marabá também têm se preocupado com demandas e atividades que sugerem a diversidade de agentes produtores do urbano, tal como ocorre com as atividades ribeirinhas, estudadas por Lima (2013); as relacionadas às feiras livres, estudadas por Nunes (2015); aos equipamentos e atividades de apoio às populações indígenas, analisadas por Malheiro (2019); e aquelas relacionadas à expansão do ensino superior na Amazônia, objeto de discussão de Oliveira (2019). Um olhar sobre essas atividades e agentes ajuda a perceber formas de centralidades nem sempre tão visíveis e que, a partir daqueles, são construídas, reforçando suas importâncias respectivas dentro do contexto urbano-regional.

Agentes e Particularidades da Produção do Urbano em Marabá

Na formação de Marabá, sua estrutura e seus agentes historicamente contextualizados ajudam a periodizar sua evolução urbana considerando, ao menos, três momentos: o da cidade tradicional, o do urbanismo rural e o da cidade corporativa (TRINDADE JR. *et al.*, 2016).

A cidade tradicional, mormente articulada às vias fluviais e a produtos da floresta, relaciona-se aos momentos iniciais de sua formação, no século XIX, que se deu a partir de frentes pioneiras que culminaram, na primeira metade do século XX, com a presença de oligarquias tradicionais ligadas, por exemplo, à economia da castanha-do-pará (EMMI, 1999). A exploração desse produto no vale do Tocantins-Itacaiúnas, onde está Marabá, possibilitou certo fluxo à cidade, reafirmado por frentes de expansão econômica e pelo processo de integração regional ao Brasil a partir da década de 1960. Nesse momento de configuração do urbano, além dos sujeitos da oligarquia do Tocantins, de que fala Emmi (1999), são os demais agentes da cidade tradicional que predominavam: extrativistas, moradores em geral, pequenos e médios comerciantes e prestadores essenciais de serviços públicos e privados.

O segundo momento dessa configuração urbana associa-se diretamente às primeiras frentes econômicas incentivadas pelo processo de integração regional, intensificado pelo governo militar, que estabeleceu políticas desenvolvimentistas e territoriais para um novo modelo de ocupação do espaço amazônico, com fortes impactos em sua porção oriental. Como parte dessa política, tem-se o “urbanismo rural”, no qual algumas cidades da região teriam o papel de “rurópolis” na estrutura da rede urbana regional que se buscava definir.

Trata-se de uma estrutura de localidades centrais voltadas para dar apoio às atividades desenvolvidas no campo, especialmente no tronco e ramais definidos pelas rodovias implantadas na região, como no caso da Transamazônica, que corta a cidade de Marabá. Por isso, nessa estrutura pensada, seria uma das cidades a ocupar o topo da nova rede urbana da sub-região onde está situada, atraindo ações governamentais e empresariais de interesse privado. Como uma das “rurópolis” da Transamazônica, Marabá passou a receber atividades, serviços, infraestrutura etc. que pudessem dar apoio

às demandas rurais do entorno e das localidades centrais imediatamente inferiores (agrópolis e agrovilas).

Dentro desse contexto, a Velha Marabá ou Marabá Pioneira deixa de ser o único centro de concentração de atividades e pessoas e passa a dividir importância com os demais núcleos surgidos pela ação estatal, como é o caso da Nova Marabá, planejada originalmente em forma de castanheira, mas completamente descaracterizada ao longo do tempo; e da Cidade Nova, que passou a sediar órgãos oficiais, assim como a abrigar outras atividades, em traçado que acompanha, em parte, a linearidade da Transamazônica que a corta ao meio.

Nesse caso, novos agentes passaram a definir o processo de produção do urbano. Eram agentes governamentais, migrantes de origens diversas, agentes econômicos e políticos ligados ao novo poder local que configuraram a base nas novas atividades instaladas, inclusive, colocando em xeque ou redefinindo a hegemonia da oligarquia da castanha. A presença de uma gama de agentes que transitavam entre o mundo rural e o urbano era marcante, especialmente aqueles que trabalhavam nas novas frentes de expansão.

Todos eles tinham em Marabá uma espécie de base de apoio, de referência familiar e de possibilidade de serviços temporários quando, esgotada uma frente econômica, ficavam à espera de outra para as quais pudessem ser contratados para nova empreitada de trabalho. Daí a figura dos “gatos”, empreiteiros de mão de obra que, estrategicamente localizados nessa cidade, eram responsáveis pela contratação e distribuição da força de trabalho móvel, barata e polivalente que passou a estar disponível em Marabá e no seu entorno (BECKER, 1990a).

Exemplo da importância dessa dinâmica que associa cidade-campo é o crescimento ou surgimento de bairros com características de núcleos urbanos secundários. São exemplos, nesse caso, respectivamente, São Félix – núcleo já existente, localizado na outra margem do rio Tocantins e que passou a crescer e se conectar intensivamente à Nova Marabá, quando da construção de uma ponte rodoferroviária –, e Morada Nova – surgido às proximidades de Marabá, em decorrência do alto fluxo rodoviário na sub-região, e que se constituiu em espécie de bairro distante dos principais centros da cidade. Ambos contribuíram para o espraiamento do tecido urbano de Marabá, mesmo que com certa descontinuidade.

Por fim, há que se reconhecer a configuração de uma cidade ainda mais complexa, de natureza corporativa, para além daquela definida pela oligarquia do Tocantins e pelo urbanismo rural. A partir da década de 1980 a cidade tornou-se espaço de atuação de várias empresas com interesses econômicos regionais, dentre elas as que mobilizam grande capital, como é o caso da Vale S.A., antiga estatal hoje privatizada, com grande presença no sudeste do Pará, pela exploração de recursos, como os minérios de Carajás e arredores.

A cidade corporativa resulta de transformações pelas quais passou Marabá nas últimas décadas e que se expressam pela expansão de assentamentos urbanos, intensificação dos fluxos de transportes intra e interurbanos, implantação do parque siderúrgico de Marabá e ampliação/diversificação de atividades comerciais e de serviços tidos como modernos, voltados ao atendimento notadamente das demandas corporativas locais e

extralocais. A atuação dessas empresas, que fizeram da cidade ponto importante de suas presenças na sub-região, teve grande apoio do Estado, cujo papel tornou-se essencial para a implantação e consolidação dessas corporações, estruturando o território e induzindo novas dinâmicas econômicas e demográficas.

A produção do urbano é, hoje, orientada por interesses corporativos, com a presença de novos agentes direta ou indiretamente relacionados a eles e fortalecimento do setor terciário que atende à modernização econômica urbana e rural municipal e do entorno. Por outro lado, cabe reconhecer uma gama de agentes que, a despeito dos interesses corporativos predominantes, demarcam sua presença na dinâmica urbana e que merecem ser considerados em sua diferenciação em face das demais centralidades urbanas.

Marabá: Centralidades Socioterritoriais e Reestruturação Urbano-Regional

Busca-se aqui arrolar agentes e atividades nem sempre destacados na produção do urbano, mas que, como os demais agentes, contribuem para reforçar a centralidade de cidades como Marabá em face de sua sub-região. Destarte, priorizam-se interações próximas (horizontalidades), espacial e socialmente contínuas, mencionadas por Santos (1996), e que, juntamente com conexões distantes (verticalidades), espacialmente descontínuas, dispersas e hierarquizadas, definem os atuais arranjos locais e regionais.

Para Souza (2003), a centralidade relaciona-se à ideia de “centripetismo”, força de atração que promove fluxos e concentração de atividades e pessoas em determinado ponto do espaço. Diferentemente da aldeia ou povoado, de natureza mais “centrífuga”, a cidade é mais “centrípeta”, “onde a área central de negócios [...] ou o seu embrião atrai os consumidores de todo o tecido urbano, fazendo com que as atenções dos cidadãos se voltem para o centro do assentamento, e não para as suas franjas” (SOUZA, 2003, p. 25-26). Essa noção associa-se a algumas atividades e agentes que fazem de Marabá uma cidade não apenas corporativa.

Para isso é interessante considerar também a ideia de ordenamento cívico-territorial, de Santos (1987). O autor, em contraponto a modelos de ordenamento territorial orientados por interesses econômicos hegemônicos e político-clientelistas, que conferem, respectivamente, o status de consumidor e de simples eleitor ao indivíduo, sugere um ordenamento territorial pautado em demandas e interesses imediatos do cidadão.

Para além das centralidades econômicas, associadas diretamente à modernização da cidade e cujos fluxos dizem respeito a atividades industriais, comerciais e de serviços de médio e de grande porte, motivadas, entre outras razões, pela exploração mineral e madeireira e pelos agronegócios, é possível visualizar em Marabá a recorrência de centralidades socioterritoriais (TRINDADE JR., 2018). Estas se constituem predominantemente em torno de um circuito inferior da economia (SANTOS, 1979), em torno de um circuito superior “marginal” (SANTOS, 1994), ou para além de demandas econômicas propriamente ditas, a partir de necessidades sociais, políticas, culturais etc. situadas no plano da reprodução de grupos e classes diversas. Elas tendem a se fazer presentes, todavia, mesmo em realidades onde os interesses corporativos são predominantes, apresentando-se como formas residuais de vida diante da lógica capitalista imposta ou, ainda, como contraponto e estratégias de existência e de resistência diante dos obstáculos da urbanidade que as nega.

No tocante às atividades de apoio ou de reprodução da vida ribeirinha em Marabá, pudemos demonstrar isso em trabalho anterior (TRINDADE JR. *et al.*, 2016), quando foram arrolados pontos importantes de atividades ligadas ao rio em todos os núcleos que conformam a multicentralidade da cidade, e também em espaços que lhes são próximos e em estreita articulação com a sua dinâmica, conforme se observa na Figura 2 e no Quadro 2.

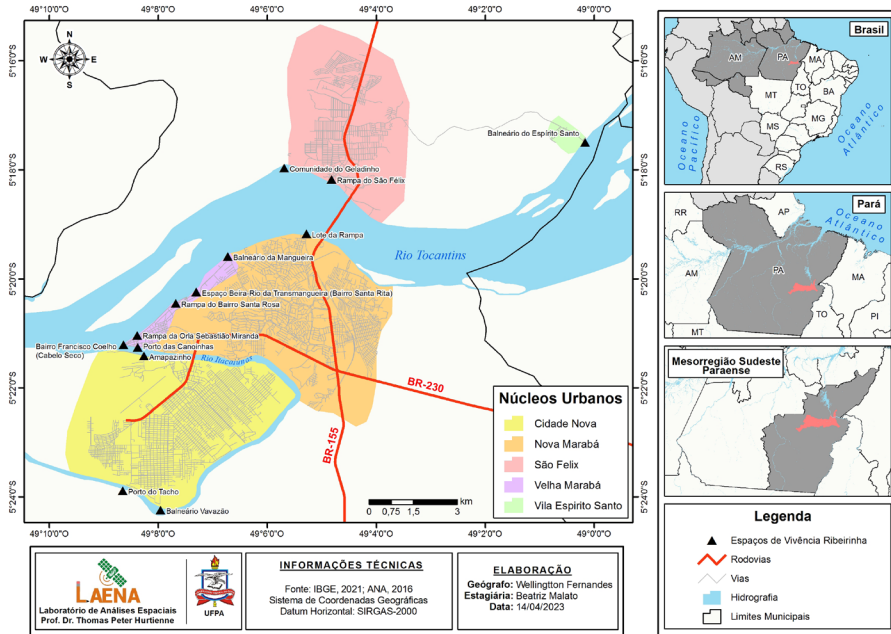


Figura 2 – Marabá: localização dos espaços de vivência ribeirinha.

A importância rodoviária, ferroviária e aérea que predomina na atual dinâmica da cidade e desta com os demais espaços do entorno e distantes, torna pouco visíveis esses pontos de contato com o rio, que conformam microcentralidades urbanas e que nem sempre são alvo de obras de infraestrutura que as favoreçam. A tendência é a negação dessa vida ribeirinha que ainda existe no espaço urbano. Quando da implantação de infraestrutura, pouco ou nada reforça as atividades propriamente ribeirinhas, servindo, sobretudo, como suporte àquelas tidas como mais atrativas, como se vê na orla Sebastião Miranda (Velha Marabá).

O estudo de Lima (2020) procurou qualificar esses espaços ribeirinhos como territórios de uso comum, identificados a partir da experiência de vida dos sujeitos a eles vinculados. Para o autor, esses territórios são referências de vida de uma parcela significativa da população regional. Em contraponto, a reestruturação urbana na qual a cidade se vê envolvida, por conta de interesses corporativos, vem desencadeando uma crescente modernização e privatização desses espaços e de seus recursos hídricos, repercutindo em processos de desterritorialização/reterritorialização que provocam tensões e movimentos de resistência socioambientais por diversos grupos impactados. Tais grupos, coletiva-

mente, buscam afirmar os seus protagonismos socioespaciais e os valores de uso de seus territórios, cuja proteção alça-se à condição de um princípio político de uso comum.

Quadro 2 – Marabá: espaços de vivência ribeirinha nas orlas dos rios Tocantins e Itacaiúnas.

NÚCLEO/ZONA	ESPAÇO	PRINCIPAIS USOS E FUNÇÕES
VELHA MARABÁ	Cabelo Seco (Fco. Coelho)	Moradia, atividades portuárias de pequena escala, lazer, uso doméstico da água.
	Rampa da Orla Sebastião Miranda	Atividades portuárias de pequena escala, lazer, uso doméstico da água.
	Beira-Rio da Transmangueira (Bairro Santa Rita)	Moradia, uso doméstico da água, lazer.
	Rampa do Bairro Santa Rosa	Comércio do pescado, lazer, atividades, portuárias e pesqueiras de pequena escala.
	Balneário da Mangueira	Moradia, atividades portuárias de pequena escala, intenso uso doméstico da água, confecção/reparos de canoas e rabetas, lazer no rio e na orla.
	Porto das Canoinhas	Moradia, atividades portuárias de pequena escala, lazer, uso doméstico da água.
NOVA MARABÁ	Lote da Rampa	Moradia, atividades portuárias de pequena escala, lazer, uso doméstico da água.
CIDADE NOVA	Amapazinho	Moradia, uso doméstico da água, atividades portuárias de pequena escala, comércio.
	Balneário Vavazão	Moradia, uso doméstico da água, atividades portuárias de pequena escala, lazer.
	Porto do Tacho	Moradia, uso doméstico da água, atividades portuárias de pequena escala, lazer.
SÃO FÉLIX	Comunidade do Geladinho	Moradia, lazer, atividades portuárias de pequena escala, uso doméstico da água.
	Rampa do São Félix	Moradia, lazer, atividades portuárias de pequena escala, uso doméstico da água.
ZONA RURAL	Vila do E. Santo	Moradia, uso doméstico da água, atividades portuárias de pequena escala, lazer.

Fonte: Trabalho de campo realizado por Michel Lima e Débora Nunes *apud* Trindade Jr. *et al.* (2016).

Outros equipamentos e atividades também pouco visibilizados no conjunto dos núcleos urbanos que formam a estrutura urbana de Marabá são os que dão apoio às populações indígenas da cidade e de sua sub-região. O estudo de Malheiro (2019) menciona esses fluxos, demandas e atividades relacionadas a essas populações e que, de alguma maneira, contribuem para reforçar a centralidade urbana de Marabá em face de sua sub-região.

Destaca a autora que, na Amazônia, o urbano e a etnicidade indígena possuem interdependência histórica na formação socioespacial regional, e que práticas e dinâmicas intraurbanas são reveladoras da presença desses sujeitos em diferentes e específicas formas de organização e de reprodução social. Em razão disso, são perceptíveis faces da relação entre urbanização e etnicidade indígena em Marabá, destacando essas populações de etnias diversas como agentes que fazem da cidade referência de reprodução da vida em múltiplas dimensões. A Figura 3 e o Quadro 3 permitem visualizar alguns desses equipamentos, atividades e instituições de referência a essas populações, assim como a distribuição deles na estrutura municipal.

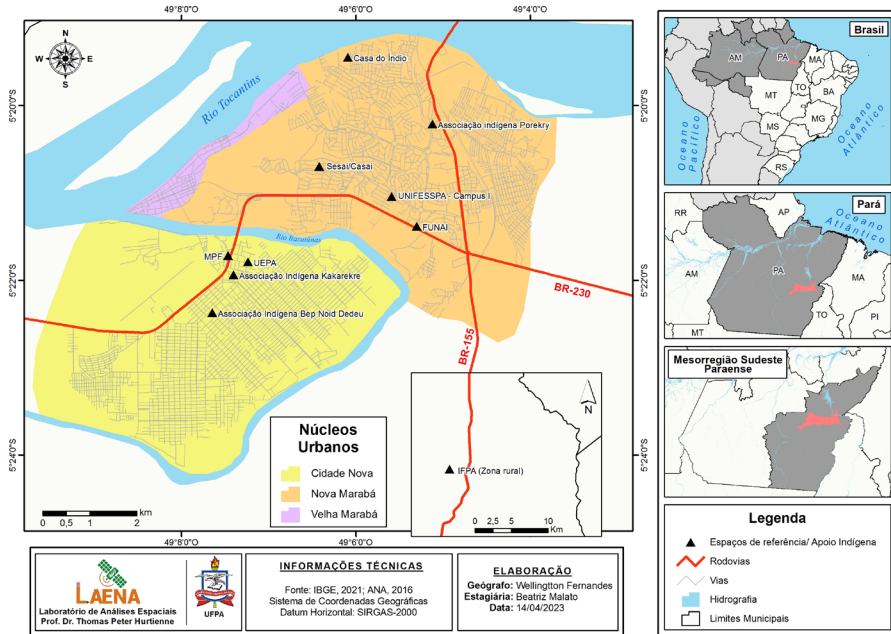


Figura 3 – Marabá: localização dos espaços de referência urbana indígena.

Importante é reconhecer essas populações como agentes de produção do urbano, não necessariamente pelo seu quantitativo populacional⁵, mas, sobretudo, pela sua demarcação étnica. Para Malheiro (2019), é imperativo afirmar que os indígenas e a cidade não são antagônicos, pois aqueles não estão necessariamente deslocados de seus lugares de origem e de seus mundos, não obstante os processos de reestruturação socioespacial que lhes são impostos e que buscam torná-los invisíveis e culturalmente residuais na cidade, habitando em moradias e bairros precários ou sujeitos à assimilação cultural-religiosa por mecanismos de cooptação evangélica, conforme se vê em Marabá. Daí a postura simplória de associar o índio à aldeia/floresta como algo dado, ignorando processos de urbanização e de reprodução étnica, seja na estruturação dos núcleos urbanos, seja na reprodução do intraurbano e do urbano-regional (MALHEIRO, 2019).

Quadro 3 – Marabá: equipamentos, atividades e instituições de apoio/assistência aos povos indígenas.

NÚCLEO	ESPAÇO	TIPO DE APOIO/ASSISTÊNCIA
NOVA MARABÁ	Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)	Coordenação regional em Marabá: responsável por toda a área administrativa do Baixo Tocantins, tendo por competência coordenar e fiscalizar a execução de ações de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas dessa área.
	Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI)	Responsável pelo atendimento à saúde dos povos indígenas de Marabá e dos municípios do entorno.
	Casa de Saúde Indígena (CASAI)	Acolhimento aos indígenas aldeados que precisam realizar consultas ou tratamentos médicos em Marabá.
	Casa do Índio	Construída pela FUNAI em parceria com a Vale para oferecer apoio aos indígenas Xikrin.
	Associação Indígena Porekry	Relacionada ao povo Xikrin, representa a aldeia O’odjã. É responsável por negociações e articulações de interesses da aldeia frente a atores políticos e econômicos, além de administrar os recursos advindos dos convênios com a mineradora Vale.
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Apresenta processo seletivo específico para o ingresso de indígenas e quilombolas e possui o Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Nuade), o Programa de Apoio ao Indígena (Paind) e o Programa de Apoio ao Discente Ingressante (Padi), que auxiliam na permanência dos indígenas na Universidade.
CIDADE NOVA	Associação Indígena BepNoidDedeu.	Associação relacionada ao povo Xikrin, representa a aldeia Cateté. É responsável por negociações e articulações de interesses da aldeia frente a atores políticos e econômicos, além de administrar os recursos advindos dos convênios com a mineradora Vale. Foi subdividida em três associações.
	Associação Indígena Kakarekre	Associação relacionada ao povo Xikrin, representa a aldeia Djudjêkô. É responsável por negociações e articulações de interesses da aldeia frente a atores políticos e econômicos, além de administrar os recursos advindos dos convênios com a mineradora Vale.
	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Oferece o curso de Licenciatura Intercultural Indígena.
	Ministério Público Federal (MPF)	Através da Procuradoria da República, presta assistência aos povos indígenas, assegurando o cumprimento dos princípios constitucionais garantidos a eles.
ZONA RURAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)	Apresenta cursos específicos para os povos indígenas da região, como o Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio dos Povos Indígenas do sudeste paraense.

Fonte: Brasil (2020), Gonçalves (2013), IFPA (2020), Malheiro (2019), Silva e Neto (2022), UEPA (2016). Elaboração: Vanessa Silva, 2023.

Também como parte dessas relações de natureza mais horizontal têm-se as feiras livres, das quais 5 se destacam, conforme se observa na Figura 4 e Quadro 4. Cabe observar que a presença delas na cidade não se dá em forma de rodízio nos bairros ou pontos determinados em dias específicos, tal como se vê em várias cidades de outras regiões do Brasil. A cultura regional as considera equipamentos permanentes, disputando com a venda a varejo em supermercados a preferência de consumidores locais.

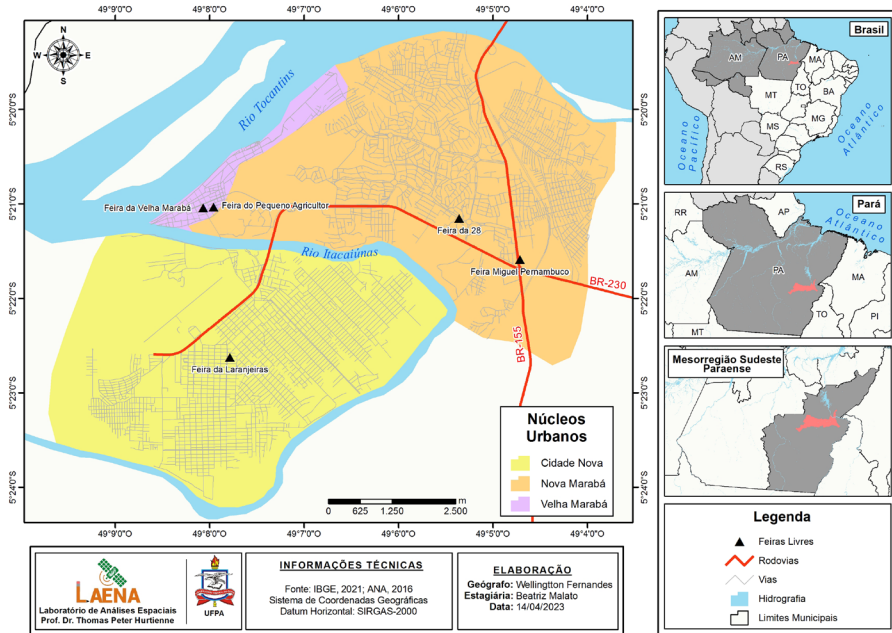


Figura 4 – Marabá: localização das feiras livres na estrutura urbana.

Nunes (2015) mostra a inserção dessas feiras no circuito inferior da economia urbana e a relação com o seu entorno e com a floresta. Para isso, estabelece o contraponto entre elas e as feiras de exposição agropecuária, feitas de forma periódica e inseridas em grandes circuitos econômicos e com grandes suportes governamentais, bem diferente do que acontece com as primeiras. Nestas, destacam-se agentes de um circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979) que fazem desses espaços pontos de circulação de seus produtos, mas que encontram pouco apoio nas ações públicas locais, no sentido de reforçar sua importância, sua qualidade enquanto equipamento urbanístico e cultural, e sua centralidade econômica, associada a um circuito que mobiliza pouco capital, se comparado aos demais; razão pela qual tendem a assumir um perfil que também se volta para relações mais verticalizadas.

Quadro 4 – Marabá: perfil das feiras livres e distribuição na estrutura urbana.

NÚCLEO	FEIRA	FEIRANTES	FREQUENTADORES
CIDADE NOVA	Feira das Laranjeiras	Em sua maioria, cidadãos. Aos fins de semana atrai feirantes de municípios adjacentes a Marabá.	Moradores da cidade, dos municípios adjacentes, além de agricultores que se deslocam para Marabá – em especial aos fins de semana – para comercializarem seus produtos na cidade. A presença desse tipo de consumidor está relacionada à proximidade da feira com o terminal rodoviário Laranjeiras, utilizado pelo transporte alternativo para os assentamentos e localidades da área rural da cidade e do entorno.
NOVA MARABÁ	Feira da 28	Em sua maioria, são cidadãos. No entanto, aos fins de semana, em decorrência do intenso movimento, atrai feirantes de outros municípios, principalmente de São João do Araguaia, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Jacundá e São Domingos do Araguaia.	Moradores da cidade, das áreas rurais e de municípios adjacentes.
	Feira Miguel Pernambuco (Km 6)	Cidadinos e pequenos produtores das áreas rurais.	Moradores da cidade, das áreas rurais e de municípios adjacentes.
VELHA MARABÁ	Feira do Pequeno Agricultor	Obrigatoriamente, pequenos produtores rurais dos assentamentos do entorno de Marabá.	Moradores da cidade, das áreas rurais e de municípios adjacentes.
	Feira da Velha Marabá	Pequenos produtores das áreas rurais e trabalhadores ambulantes da cidade.	Moradores da cidade, das áreas rurais e de municípios adjacentes.

Fonte: Almeida (2002), Amaral (2010), Lira (2008), Nunes (2015), Trindade Jr. *et al.* (2016).

Elaboração: Vanessa Silva e Maryse Sobral, 2023.

Isso acontece a despeito de abrigarem um número significativo de mão de obra local e por pautarem suas relações na colaboração, na cooperação, nas relações de confiabilidade e nos vínculos de proximidade, de amizade e de parentesco; fatores fortes de suas existências e resistências. Para além disso, trata-se de uma atividade que, em muito, está associada à vida da floresta, possuindo uma natureza mais conservacionista e menos danosa, se comparada àquelas outras, como as ligadas à agropecuária moderna, que tendem a negar a floresta e a não a mantê-la em pé.

O estudo de Nunes (2015) é enfático ao afirmar que os processos que vêm transformando a dinâmica econômica do sudeste paraense há algumas décadas têm exercido grande pressão sobre a floresta, uma vez que estão associados à exploração dos recursos naturais, à criação de pastagens e a produtos agrícolas de maior inserção no mercado nacional e mundial. Destaca, por exemplo, o impacto dessa reestruturação na dinâmica de feiras como a da Laranjeiras e a da Folha 28, que têm se organizado cada vez mais em circuitos produtivos que se ligam a outras regiões, em detrimento daqueles que estreitam a relação entre cidade e floresta ou entre cidade e entorno. Prova disso são produtos adquiridos de atravessadores, provindos da agricultura intensiva praticada no Centro-Sul e no Nordeste do país.

Chama a atenção, também, para a importância do abastecimento das feiras livres por esquemas que alimentam as redes de supermercados de Marabá, que adquirem frutas, verduras e hortaliças de grandes produtores, notadamente do Centro-Sul brasileiro. Com isso, os produtos do extrativismo e dos sistemas agroflorestais desenvolvidos no entorno de Marabá tornam-se mais presentes principalmente aos fins de semana nessas feiras; momento em que a população do campo se dirige a esses espaços para comercializar a sua produção.

A Feira do Pequeno Agricultor, por sua vez, tem origem relacionada ao atendimento de famílias de projetos de assentamentos de reforma agrária do Município de Marabá. A finalidade era gerar renda para essas famílias e tornar-se espaço de socialização deles na e com a cidade, além de buscar suprir a grande demanda existente, sobretudo pela população da Velha Marabá, visto que outras feiras, como a Laranjeiras e a Folha 28, não conseguiam atender tal demanda, inobstante o grande número de produtos comercializados (LIRA, 2008). Como concentra produtos advindos da agricultura familiar do Município, pode-se dizer que se trata de um tipo de equipamento que tende a reforçar a interação e a preservação da floresta (NUNES, 2015).

Nas feiras de Laranjeiras e da Folha 28 está mais presente o atravessador, que pode se confundir com a figura do feirante. Nesse caso, seus produtos têm menos relação com o entorno, ainda que a maioria dos seus trabalhadores seja formada por moradores da cidade de Marabá (NUNES, 2015). Alguns dos trabalhadores, junto com os da feira da Velha Marabá, realizam excursões periódicas para outras regiões para adquirir produtos não locais (AMARAL, 2010).

A feira que se formou no Km 6, na Nova Marabá (ALMEIDA, 2002), hoje bastante transformada e não mais reconhecida como tal, em razão das obras de intervenção aí ocorridas, e que fizeram, inclusive, surgir próximo um novo terminal de transporte rodoviário, teve sua existência decorrente do entroncamento da Transamazônica e da PA-150, que reforçou a conexão de Marabá com sua sub-região, mas que também se tornou, em área de expansão da cidade, um nó importante de circulação intra e interurbana de mercadorias no contexto das frentes econômicas surgidas desde o momento em que as rodovias assumiram projeção. A circulação de mão de obra e de pequenos produtores a ofertar seus trabalhos e produtos ratificou sua importância, conforme mostrou Almeida (2002). Bastante desconfigurada em relação ao que era antes, vendedores de comidas e bebidas foram alojados no novo terminal, restando poucos trabalhadores que ainda permanecem nesse ponto de grandes fluxos.

Como atividades ratificadoras de centralidades socioterritoriais, cabe destacar, ainda, cursos de formação técnica e superior que têm sido cada vez mais oferecidos em Marabá por instituições de ensino superior (IES). Eles reforçam o papel da cidade por convergir fluxos de pessoas em busca de formação profissional, cuja oferta de cursos é seletiva nas cidades da região. As instituições nas quais são ofertados (Figura 5) cumprem papel de qualificar mão de obra e de dar acesso a formações específicas a um quantitativo populacional que, por muito tempo, teve dificuldade ao ensino em nível técnico, de graduação e mesmo de pós-graduação.

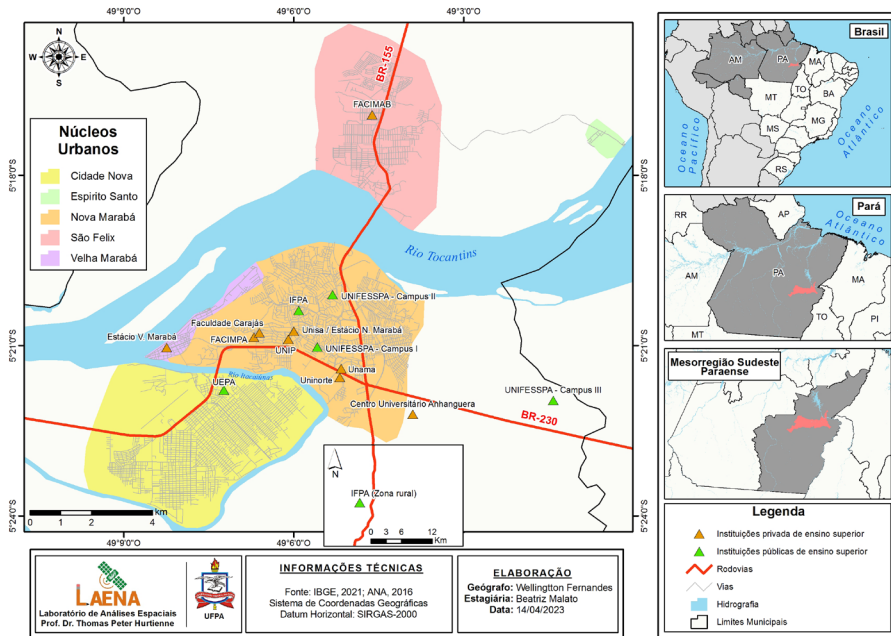


Figura 5 – Marabá: localização das IES no Município.

Consideramos que a interiorização desses níveis de ensino não acompanha necessariamente a lógica de distribuição territorial de outras atividades assentadas em perspectivas econômicas e político-eleitorais. Ainda que existam cursos que atendam precipuamente ao mercado, a determinadas corporações ou que possam ter certos apelos clientelistas, como tendência geral, eles tendem a responder a iniciativas de políticas públicas, como no caso das universidades públicas (Quadro 5), que desde a década de 1980 investiram em projetos de interiorização.

A UFPA apostou nesse tipo de expansão a ponto de ter se tornado, até pouco tempo, a maior universidade federal em número de alunos no país; condição só alterada com a criação, a partir dela, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), com sedes em Santarém e Marabá, respectivamente. Ambas, com atuação multicampi, têm presença em vários municípios pertencentes às suas sub-regiões.

Quadro 5 – Marabá: oferta de cursos presenciais em IES públicas, por núcleo.

NÚCLEO	IES	CURSOS OFERTADOS
CIDADE NOVA	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Campus Marabá: Biomedicina; Engenharia Ambiental; Engenharia de Produção; Engenharia Florestal; Licenciatura em Ciências Naturais – Química; Licenciatura Intercultural Indígena; Medicina; Tecnologia de Alimentos.
NOVA MARABÁ	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Campus I: Bacharelado em Ciências Sociais; Licenciatura em Ciências Sociais; Direito; Bacharelado em Geografia; Licenciatura em Geografia.
		Campus II: Engenharia de Minas e Meio Ambiente; Engenharia Civil; Engenharia da Computação; Engenharia de Materiais; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; Geologia; Sistemas de Informação.
		Campus III: Agronomia; Artes Visuais; Bacharelado em Ciências Biológicas; Bacharelado em Ciências Econômicas; Licenciatura em Ciências Naturais; Educação do Campo; Física; História; Licenciatura em Letras – Inglês; Licenciatura em Letras – Português; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Química; Psicologia; Saúde Coletiva.
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)	Campus Marabá Industrial: Agrimensura*; Automação Industrial*; Controle Ambiental*; Edificações*; Eletromecânica*; Informática*; Mecânica*; Metalurgia*; Química*; Licenciatura em Informática; Licenciatura em Letras; Tecnologia em Eletrotécnica Industrial; Tecnologia em Gestão Ambiental.
ZONA RURAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)	Campus Rural Marabá: Agroecologia*; Agroindústria*; Agropecuária*; Aquicultura*; Cooperativismo*; Magistério Indígena*; Licenciatura em Educação do Campo; Tecnologia em Agroecologia.

* Curso técnico.

Fonte: Elaborado a partir de consulta à plataforma e-MEC (BRASIL, s. d.) e aos sites IFPA (2022a, 2022b), UEPA (s. d.), UNIFESSPA (2019).

O atendimento dessas demandas, além da função socioeconômica que cumprem, também tem importância do ponto de vista territorial. Regiões como o sudeste paraense, alvo de interesses corporativos, especialmente daqueles ligados à mineração e ao agronegócio, são ainda pouco cobertas com equipamentos públicos de acesso universal. Por isso, tais instituições tornam-se verdadeiros “objetos de grandeza cidadã” no contexto em que se inserem, conforme sustenta Oliveira (2019). Para o autor, inspirado em Santos (1987), tais objetos são verdadeiros fixos sociais a partir dos quais a inclusão das populações locais é colocada como ação prioritária e pertinente ao futuro dessa região.

Diferentemente dos grandes projetos, chamados por Santos (1995) de “grandes objetos”, os “objetos de grandeza cidadã” voltam-se precipuamente para estabelecer ou potencializar horizontalidades, possibilitando àquelas populações um melhor conhe-

cimento do mundo e do lugar em que vivem, capacitando-os, com isso, a estabelecer propostas contra-hegemônicas aos interesses histórica e verticalmente impostos à Amazônia. Com relação às instituições públicas existentes em Marabá, é importante destacar alguns dos cursos ofertados, que sugerem ir ao encontro de demandas bem específicas da região, de que são exemplos a Licenciatura Intercultural Indígena, a Educação do Campo e o Magistério Indígena.

Ainda que a oferta de cursos por instituições particulares (Quadro 6) seja uma forma do mercado aproveitar uma fatia da demanda por ensino superior na região, não se pode desconsiderar a importância que tais instituições tiveram no sentido de permitir o acesso de estudantes que, distantes dos grandes centros urbanos, tinham dificuldades de obter créditos, financiamentos educacionais e oportunidades, decorrentes de políticas públicas, para ingresso no ensino superior em sua própria cidade ou sub-região; daí incluímos também, mas não sem ressalvas, as ofertas de cursos por instituições privadas como elementos que reforçam as centralidades socioterritoriais.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que a criação de uma universidade pública nessa sub-região é uma resposta ao movimento pela criação do Estado de Carajás, capitaneado pelo novo poder político e econômico local; movimento esse que tem sido retomado recorrentemente em razão dos interesses que desperta o controle de recursos originados de uma região que passa por fortes processos de reestruturação socioespacial. Não é sem fundamento que alguns dos cursos ofertados em instituições, mesmo públicas, estejam em sintonia com demandas de corporações que têm interesses econômicos locais e sub-regionais; demandas essas que passam, por esse motivo, a ser também anseio de suas populações.

A presença de cursos como os voltados para as atividades mineradoras, os de tecnologia e engenharia, assim como os que atendem à modernização do campo, como Zootecnia e Medicina Veterinária, apresentam-se como demandas recorrentes. Em todo caso, não é insignificante o rol de postulações que muitas vezes resultam de demandas sociais e culturais e que estabelecem contrapontos a uma dada orientação hegemônica de modelo de desenvolvimento imposto, assim como chamam atenção os decorrentes da necessidade de garantir direitos, atividades e serviços para populações impactadas ou nem sempre beneficiadas por ele.

Quadro 6 – Marabá: oferta de cursos presenciais em IES privadas, por núcleo.

NÚCLEO	IES	CURSO OFERTADOS
VELHA MARABÁ	Estácio	Administração; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Bacharelado em Ciências Biológicas; Biomedicina; Ciências Contábeis; Ciências da Computação; Ciências Econômicas; Engenharia Civil; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Estética e Cosmética; Farmácia; Gestão de Recursos Humanos; Jogos Digitais; Jornalismo; Licenciatura em História; Logística; Marketing; Medicina; Pedagogia; Processos Gerenciais; Publicidade e Propaganda; Radiologia; Redes de Computadores; Relações Internacionais; Serviço Social; Sistemas de Informação.

NÚCLEO	IES	CURSO OFERTADOS
NOVA MARABÁ	Centro Universitário Anhanguera de Marabá	Direito; Enfermagem; Engenharia Civil; Engenharia Mecânica; Fisioterapia; Medicina Veterinária; Psicologia.
	Estácio	Administração; Administração Pública; Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Artes Visuais; Automação Industrial; Bacharelado em Ciências Biológicas; Bacharelado em Geografia; Bacharelado em História; Banco de Dados; Biomedicina; Ciência de Dados; Ciências Contábeis; Ciências da Computação; Ciências Econômicas; Ciências Humanas; Ciências Políticas; Ciências Sociais; Comércio Exterior; Comunicação Institucional; Cozinha Contemporânea; Defesa Cibernética; Desenvolvimento Full Strack; Direito; Empreendedorismo; Engenharia de Produção; Engenharia de Produção; Engenharia de Software; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Estética e Cosmética; Farmácia; Filosofia; Física; Gerontologia – Bem Estar e Educação; Gestão Ambiental; Gestão Comercial; Gestão da Qualidade; Gestão da Tecnologia da Informação; Gestão de Mídias Digitais; Gestão de Produção Industrial; Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Segurança Privada; Gestão Desportiva e de Lazer; Gestão e Empreendedorismo; Gestão em E-Commerce; Gestão em Postos de Combustíveis; Gestão Hospitalar; Gestão Pública; História – Formação Pedagógica; Investigação Forense e Perícia Criminal; Jogos Digitais; Jornalismo; Letras – Espanhol; Letras – Inglês; Letras – Português; Letras – Português e Libras; Licenciatura em Ciências Biológicas; Licenciatura em Computação; Licenciatura em Geografia; Licenciatura em História; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Química; Licenciatura em Turismo; Logística; Marketing; Marketing Digital; Mediação; Medicina; Negócios Imobiliários; Odontologia; Odontologia Premium; Pedagogia; Processos Escolares; Processos Gerenciais; Produção de Conteúdo Digital; Psicopedagogia; Publicidade e Propaganda; Radiologia; Redes de Computadores; Relações Internacionais; Secretariado Executivo; Segurança no Trabalho; Segurança Pública; Serviço Social; Serviços Jurídicos e Notariais; Sistemas de Informação; Sistemas para Internet; Sociologia; Tecnologias Educacionais; Teologia.
	Faculdade de Ciências Médicas do Pará (FACIMPA)	Medicina.
	Faculdade Carajás	Administração; Ciências Contábeis; Direito; Enfermagem; Estética e Cosmética; e Psicologia.
	Faculdade Uninorte (Uninorte Marabá)	Direito; Farmácia; Odontologia; Psicologia.
	Universidade da Amazônia (Unama)	Direito; Enfermagem; Psicologia.
	Universidade Paulista (UNIP)	Educação Física; Enfermagem; Geografia (Licenciatura).
	Universidade Santo Amaro (Unisa)	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda; Design; Direito; Enfermagem; Fonoaudiologia; Medicina; Medicina Veterinária; Odontologia; Psicologia; Relações Internacionais.

NÚCLEO	IES	CURSO OFERTADOS
SÃO FÉLIX	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá (FACIMAB)	Administração; Ciências Contábeis; Pedagogia.

Fonte: Plataforma e-MEC (BRASIL, s. d.) e sites Anhanguera (2022), Carajás Educacional (2022), Estácio (2022), Facimab (2022), Facimpa (2022), Faculdade Uninorte (2022), Unama (2022), Unip (2022) e Unisa (2022). Elaboração: Helbert Oliveira, 2022.

Considerações Finais

É inquestionável a centralidade exercida pelo espaço urbano de Marabá em razão da importância econômica e política assumida por essa cidade no âmbito regional e que, em grande parte, tem sido reforçada pelo dinamismo econômico comandado por atividades diretamente voltadas às demandas extralocais, como é o caso da atividade mineradora e daquelas diretamente ligadas aos interesses do agronegócio.

Na discussão desenvolvida, chamou-se atenção, entretanto, para outras centralidades que a cidade apresenta e que não necessariamente atendem àqueles interesses corporativos, assim como para as suas vulnerabilidades em face dos novos processos econômicos, políticos e socioculturais que na sub-região se manifestam. Trata-se, algumas vezes, de microcentralidades, como é o caso daquelas associadas às práticas ribeirinhas, ou mesmo de centralidades pouco visíveis para o quantitativo de fluxos que demarcam a dinâmica urbana marabaense, como é o caso das instituições, atividades e equipamentos voltados a dar apoio às demandas de grupos indígenas da cidade ou que se situam na sua região de influência, e que merecem atenção pela qualidade e especificidades de suas demandas.

Chamar atenção para essas centralidades e para as ameaças a que estão sujeitas, ajuda a pensar algumas particularidades regionais e seus dilemas. As atividades do circuito inferior (SANTOS, 1979), por exemplo, relacionadas às feiras livres, por vezes, são definidoras de importantes fluxos que se mostram presentes nessa cidade e tendem a se manifestar onde circuitos econômicos mais modernos, em um primeiro momento, pouco se fazem presentes. Da mesma forma, a importância assumida hoje por instituições de nível superior tem transformado essas cidades em vários sentidos, pois, além do compromisso social com a educação técnica e superior, desenvolvem em cadeia a existência de outras demandas, que podem ou não estar articuladas a grandes circuitos de agentes hegemônicos.

Nesses interstícios, determinados agentes e atividades assumem um potencial cidadão, pois não estão assentados unicamente em modelos econômicos ou políticos que acompanham a modernização excludente e corporativa do território. E é justamente neles que as centralidades socioterritoriais (TRINDADE JR., 2018) podem e devem ser reforçadas, merecendo apoio e garantia de políticas públicas, sob pena de se tornarem cada vez mais residuais, conforme se percebe em Marabá.

Acompanhando as ideias de Santos (1987), para além de identificar tais centralidades, é preciso reconhecer suas potencialidades socioespaciais, codificando-as e assegurando-as em propostas de ordenamento cívico do território capazes de orientar ações políticas com o intuito de torná-las alicerces de um tipo de solidariedade socioterritorial ao qual o modelo econômico hegemônico, e os demais a ele ligados, não sejam uma ameaça às suas permanências.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. J. *O entroncamento como forma espacial no urbano em área de fronteira: caso do km 06, Marabá-Pa.* 2002. 95 f. Monografia (Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Colegiado de Geografia, Universidade Federal do Pará, Marabá, 2002.

AMARAL, M. D. B. *Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental-Marabá (PA) e Macapá (AC).* 2010. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANHANGUERA. Graduação. *Anhanguera*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.anhanguera.com/cursos?preco=1100><https://www.anhanguera.com/cursos?preco=1100>. Acesso em: 19 nov. 2022.

BAHIANA, L. C. C. Agentes modeladores e uso do solo urbano. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v. XIX, p. 53-62, 1978.

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990a.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (Orgs.). *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora UnB, 1990b. p. 131-144.

BRASIL. CR Baixo Tocantins. *Fundação Nacional dos Povos Indígenas*, Brasília, DF, 2020. Coordenações Regionais Funai. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/coordenacoes-regionais-funai/cr-baixo-tocantins>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. e-MEC. *Ministério da Educação*, Brasília, DF, s. d. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. *Revista de Geografía*, Barcelona, v. 8, n. 1-2, p. 19-58, 1974.

CARAJÁS EDUCACIONAL. Graduação. *Grupo Educacional Carajás*, Marabá, 2022. Disponível em: <https://www.carajaseducacional.com.br/?/index-graduacao#>. Acesso em: 23 nov. 2022.

CARDOSO, S. M. *A cidade dos invisíveis?* Indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, Sudoeste Paraense. 2018. 222 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

ESTÁCIO. Graduação. *Estácio*, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://estacio.br/cursos/graduacao>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FACIMAB. Graduação. *Facimab*, Marabá, 2022. Disponível em: <https://facimab.edu.br/categoria/pos-graduacao/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FACIMPA. Medicina. *Facimpa-Afya*, Marabá, 2022. Disponível em: <https://www.facimpa.edu.br/cursos/graduacao/medicina>. Acesso em: 19 nov. 2022.

FACULDADE UNINORTE. Graduação. *Faculdade Uninorte*, Marabá, 2022. Disponível em: <https://faculdadeuninorte.com.br/maraba/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

GÓES, D. S. *A produção do espaço urbano na cidade de Oiapoque e a sua relação com a garimpagem de ouro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa*. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

GONÇALVES, H. C. C. *Cartografia dos fatores intervenientes na mortalidade materna, fetal e infantil e dos itinerários de produção da saúde do DSEI GUATOC no Estado do Pará*. Belém: Ministério da Saúde: DSEI-GUATOC, 2013. Disponível em: https://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/cartografia_apoiadora_dsei_guatoc_helena_2.docx. Acesso em: 03 jan. 2023.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do censo demográfico 2010 – Pará: Marabá*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15&dados=1>. Acesso em: 12 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Marabá*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov/maraba>. Acesso em: 20 maio 2024.

IFPA. *Projeto Político Pedagógico do curso técnico em Agroecologia integrado ao ensino médio dos povos indígenas do sudeste paraense*. Marabá: IFPA Campus Rural Marabá, 2020.

IFPA. Cursos. *IFPA – Campus Marabá Industrial*, Marabá, 2022a. Disponível em: <https://marabaindustrial.ifpa.edu.br/cursos-cmi>. Acesso em: 19 nov. 2022.

IFPA. Cursos. *IFPA – Campus Rural Marabá*, Marabá, 2022b. Disponível em: <https://sigaa.ifpa.edu.br/sigaa/public/curso/lista.jsf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

LIMA, M. M. *A ribeira & a orla: espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação*. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LIMA, M. M. *Territórios de uso comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional*. 2020. 375 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

LIRA, M. V. S. *Feira da agricultura familiar de Marabá: aspectos econômicos e sociais*. 2008. 80 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Ciências Agrárias e Agronomia) Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Pará, Marabá, 2008.

MALHEIRO, T. C. C. *(Etni)cidade indígena na Amazônia: por uma geografia do contato interétnico*. 2019. 283 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2019.

NUNES, D. A. *Feiras-livres & feiras de exposição: expressões da relação cidade-floresta no sudeste paraense*. 2015. 263 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

OLIVEIRA, H. M. P. *A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia*. 2019. 287 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

RONCAYOLO, M. *La ciudad*. Barcelona: Paydós Ibérica, 1988.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1994.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E. A. F.; MAIA, M. L. S. (Orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA E NETO, J. *Faturando fissuras: entre as ações afirmativas e a presença de estudantes indígenas no curso de Licenciatura em Matemática da Unifesspa/Marabá*. 2022. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2022.

SOUZA, M. L. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TRINDADE JR., S-C. C. Por outras centralidades: pensando especificidades e particularidades da cidade e do urbano no Brasil. In: SERPA, A. S. P.; CARLOS, A. F. A. (Org.). *Geografia Urbana: desafios teóricos contemporâneos*. Salvador: Edufba, 2018. p. 249-266.

TRINDADE JR., S-C. C. *et al.* Uma cidade média na Amazônia oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no sudeste paraense. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Marabá e Los Angeles*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 27-222.

UEPA. *Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura Intercultural Indígena*. Belém: UEPA, 2016.

UEPA. Centros e campi. *Universidade do Estado do Pará*, Belém, s. d. Disponível em: <https://www.uepa.br/pt-br/pagina/centros-e-campi>. Acesso em: 19 nov. 2022.

UNAMA. Cursos de graduação. *Universidade da Amazônia*, Belém, 2022. Disponível em: https://vestibular.unama.br/PS_Unama/EscolhaCurso.aspx?Cidade=Marab%c3%a1&UF=PA. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNIFESSPA. Cursos de graduação. *Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará*, Marabá, 2019. Disponível em: <https://crca.unifesspa.edu.br/cursos-unifesspa.html#filter>. Acesso em: 19 nov. 2022.

UNIP. Cursos de graduação. *Universidade Paulista*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.unip.br/cursos/graduacao/index.aspx>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UNISA. Graduação. *Universidade Santo Amaro*, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.unisa.br/graduacao/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

Recebido em: 01/10/2023.

Aceito em: 01/12/2024.

Notas

¹ A sistematização aqui apresentada é resultante de um subprojeto da pesquisa “Urbanização contemporânea: reestruturação e desigualdades socioespaciais”, coordenada pela Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia, de cuja equipe o autor faz parte, com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) e do CNPq.

² Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010 a cidade possuía 186.270 habitantes (IBGE, 2010). No Censo de 2022 (IBGE, 2024) o total da população do Município somou 266.533 mil pessoas, estimando-se um contingente acima de 200.000 habitantes na sede municipal, posto que cerca de 80% da população do Município nela se concentra.

³ Conforme mostra Becker (1990a), Marabá já apresentava, desde a década de 1980, uma estrutura multinucleada, tornando-se, hoje, ainda mais complexa, com os seguintes núcleos: a Velha Marabá, ou Marabá Pioneira, antiga sede da fração regional em declínio e do comércio mais tradicional e que, junto com São Félix, são os núcleos mais antigos; a Nova Marabá, planejada pelo governo federal, que passou a abrigar órgãos do governo municipal, novas instituições estatais etc. e com uma ocupação do solo que é um misto entre o planejado e o espontâneo; a Cidade Nova, resultado da ocupação mais espontânea, com forte crescimento horizontal ao longo da rodovia Transamazônica e onde também despontaram comércios e novos serviços públicos e privados mais dinâmicos e modernos; e Morada Nova, entroncamento rodoviário de grandes fluxos, descontínuo aos demais núcleos, mas com forte interação com eles.

⁴ A noção de cidade média aqui utilizada se apoia no papel de intermediação de processos e de relações assumido pela cidade no contexto de sua rede urbana regional, sendo estratégico nó de conectividade territorial; na importância de agentes, atividades e equipamentos nela instalados, voltados para o atendimento de demandas locais e sub-regionais; e no peso econômico, político e sociocultural que assume em face dos municípios e demais vilas e núcleos urbanos que estão sob sua influência e/ou dependência direta.

⁵ Conforme o IBGE (2010 *apud* MALHEIRO, 2019, p. 21 e 23), a sub-região onde está Marabá possui uma população de 3.298 indígenas em situação de domicílio rural e urbano, sendo o quantitativo rural, distribuído em Terras Indígenas e em Assentamento de Reforma Agrária, correspondente a 2.599 pessoas. A população indígena localizada nas áreas urbanas do sudeste do Pará, por seu turno, soma 698 pessoas (10% do total), distribuídas por todas as cidades da região; e, desse contingente de domicílio urbano, metade está na cidade de Marabá.